

Caderno

de

NOTÍCIAS

Jornal da ADUFES - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo . Seção Sindical do Andes . Sindicato Nacional - Vitória . Espírito Santo
Edição número 82 . Novembro/Dezembro 2010 - Janeiro 2011

Retrospectiva 2010



Nesta edição do Caderno de Notícias, confira os fatos que marcaram o ano de 2010 no Brasil e no mundo. Veja também as perspectivas para 2011 no ensino superior e na política.

Retrospectiva 2010 e desafios para 2011

Estamos chegando ao final de mais um ano que não foi muito diferente dos outros. Mas o que dizer de 2010? O que aconteceu de bom e de ruim no mundo e no Brasil?

No campo da política, por alguns meses no Brasil, os temas relacionados às eleições eram evidenciados em todos os meios de comunicação, desde a discussão de novas regras eleitorais até o descumprimento das já existentes. Ao final desse período, tivemos a eleição da primeira mulher para presidente do país. Porém, não há muita esperança de mudança, pois o slogan de sua campanha era a continuidade em relação ao atual governo.

Nas questões climáticas e ambientais, não houve avanços na discussão do Protocolo de Kyoto. Alguns países que mais emitem poluentes continuam de fora e algumas decisões importantes não foram tomadas. Tudo indica que o clima mundial irá esperar por muito tempo até estar numa situação ideal. Enquanto isso, no Brasil e no mundo, a força destruidora da natureza causou muitas mortes e prejuízos incalculáveis. A geografia de algumas cidades foi modificada por causa dos terremotos, enchentes, secas e deslizamento. No mundo, podemos destacar a tragédia do Haiti, onde mais de 300 mil pessoas morreram. No Brasil, tivemos um cenário de contradições, pois enquanto no Rio de Janeiro e Pernambuco as chuvas castigavam a população, a Amazônia sofria com a pior seca das últimas décadas.

Na área da educação, apesar de alguns avanços numéricos, será necessário percorrer um longo caminho até alcançarmos melhores resultados em termos de qualidade. Continuamos entre os piores no ranking de en-

sino no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2010. Estamos em 53º lugar numa lista de 65 países, atrás da Bulgária, Romênia, México, Chile e Uruguai. Ficamos à frente apenas da Colômbia, Kazaquistão, Argentina, Tunísia, Azerbaijão, Indonésia, Albânia, Catar, Panamá, Peru e Quirguistão. Não conseguimos ultrapassar o percentual de 5% de investimentos na educação. Lamentamos a previsão da presidente eleita de chegar em 7% somente em 2020.

Além disso, vários foram os problemas com a última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): questões erradas, vazamento de informações e locais de provas muito distantes dos domicílios dos alunos.

Na economia, vimos o desencadear de uma crise que começou em um país e se alastrou por vários outros que, aos olhos dos leigos em economia, pareciam blindados. Mais recentemente, a atitude de alguns países em desvalorizar suas moedas causou um desequilíbrio nas balanças comerciais de outros. Essas e outras atitudes se caracterizam pelo que os economistas chamam de guerra cambial. No Brasil, chegamos ao final do ano com a ameaça da inflação e a certeza de que tudo é incerto. A onda que atingiu o Brasil pode não ser um tsunami, mas também não é uma marolinha.

Nas questões sociais, não podemos deixar de comentar sobre a segurança pública. No final de novembro, uma força tarefa formada pelas polícias Militar, Civil, Federal e Forças Armadas tomou o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, prendendo traficantes. Foram apreendidas

mais de 40 toneladas de drogas, além de veículos roubados, armas pesadas e munições. No entanto, foi instalado um clima de insegurança entre os moradores das favelas, que também sofreram com arrombamentos e destruição de suas casas.

No campo dos direitos trabalhistas, vimos não só no Brasil, mas também na Europa, várias manifestações dos trabalhadores lutando contra as reformas que retiravam direitos. O Estado anunciou que o déficit na previdência é um problema que deve ser pago pelo trabalhador. Presenciamos também algumas iniciativas do governo em ferir os preceitos constitucionais no que diz respeito à unicidade da representação sindical, o que fez com que o Andes-SN mobilizasse toda a categoria docente para um protesto em frente ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Como representantes dos docentes das instituições de ensino superior, a Adufes e o Andes-SN realizaram várias atividades com o objetivo de discutir alguns temas importantes que visavam garantir melhores condições de trabalho e salário. No entanto, é fundamental que haja maior participação dos professores em todas essas iniciativas para que as soluções dos nossos problemas sejam pensadas coletivamente.

Atualmente, existem várias iniciativas do executivo e do legislativo que, se forem aprovadas, tornarão o servidor público, em particular os professores, em condições de trabalho e salário ainda mais precárias. Destacamos, nesse sentido, a proposta de reestruturação da carreira docente e a realização de uma nova reforma da previdência para o ano de 2011, o que exigirá mobilização e lutas.

Somente organizados e participando das ações coletivas de nosso sindicato é que poderemos fazer com que a retrospectiva de 2011 seja melhor que a de 2010!

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.
ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.ES
CEP 29060-900

Telefone: 27. 3335.2717

Telefax: 27. 3227.3908

www.adufes.org.br

adufes@adufes.org.br

comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
presidente

vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini
tesoureiro geral

Temístocles de Sousa Luz
1º tesoureiro

Ricardo Roberto Behr
secretário geral

Mariane Lima de Souza
1ª secretária

Valter Pires Siqueira
1ª suplente

Edinete Maria Rosa
2ª suplente

3ª suplente

Bernardete Gomes Mian
4ª suplente

Jornalistas Responsáveis:
Giselle Pereira (Mtb 2644)
Luciana Silvestre (Mtb 2210)

Estagiário de Design
Gustavo Binda

Tiragem: 2.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA

Especial ▶

Protestos contra a reforma do sistema previdenciário reúnem milhares de trabalhadores na França

Crise atinge países da Europa e Estado retira direitos sociais para salvar empresas

Os trabalhadores e estudantes franceses realizaram neste ano uma das maiores mobilizações civis das últimas décadas. Mais de sete milhões de manifestantes se envolveram nas 219 atividades, que aconteceram em todo o país. O principal motivo desencadeador dos protestos foram as mudanças no sistema da previdência social, sobretudo, o aumento da idade mínima para aposentadoria, de 60 para 62 anos. A alteração, proposta pelo presidente Nicolas Sarkozy, foi aprovada no final deste ano pelo Senado francês e entrará em vigor a partir de 2011.

“As reformas previstas pelo governo francês fazem parte do contexto de medidas neoliberais que estão sendo aplicadas não só em países da Europa, mas também na Ásia, África e América Latina, cujo princípio norteador é sanear as contas do Estado”, afirmou o

professor do departamento de Economia, Maurício Sabadini. Ele também destacou que a crise tem se manifestado de forma sistêmica em vários países e, sobretudo, na Europa, na Zona do Euro. “Na França, assim como aconteceu na Grécia, o elevado índice de desemprego somado à perda de direitos trabalhistas e ainda ao aumento da idade mínima levou os franceses a organizarem uma série de atividades de contestação que perduraram praticamente o ano inteiro”, salientou.

De acordo com Sabadini, a crise é uma forma que o capitalismo tem para revigorar a taxa de lucro que caiu nas últimas décadas no sistema mundial. “Na prática, o governo utiliza instrumentos como congelamento salarial, aumento da jornada de trabalho, cortes nos serviços públicos para garantir a permanência de gran-



Milhares de trabalhadores vão às ruas para protestar contra a reforma da previdência.

des empresas”, esclareceu.

Para o professor do departamento de História, Josemar Machado de Oliveira, os países da Europa estão passando por um longo período de recessão, em que a perda do poder aquisitivo e de direitos conquistados historicamente fez com que diferentes correntes partidárias se unissem. “A França começou a passar pela

crise econômica em 2008 e a Europa como um todo não tem tido crescimentos econômicos como os países subdesenvolvidos. Diferente do Brasil, nesses países existem várias centrais sindicais, que aliadas ao movimento estudantil, organizaram uma onda de protestos, paralisando atendimentos a hospitais e escolas, por exemplo”, destacou Josemar.

Crise no mundo do trabalho atinge países da Europa

Uma das inquietações que se manifesta na França, mas que também pode ser percebida em outros países do continente europeu, é o predomínio de medidas adotadas pelo governo para salvar o sistema financeiro em detrimento de garantias sociais aos trabalhadores.

Na França, a crise pode ser evidenciada no aumento do número de desempregados, que no início de 2010 estava em 2.384.800 pessoas, de acordo com a agência francesa Pôle Emploi. Segundo Maurício Sabadini, a onda de desemprego que atinge a França pode ser sentida em Portugal, na Grécia e nos Estados Unidos e, inclusive, em países da América Latina. A diferença entre os países da Europa e os países subdesenvol-

vidos é a taxa de informalidade. “No Brasil, a informalidade atinge metade da população economicamente ativa, o que significa dizer que mesmo não tendo vínculo empregatício, as pessoas possuem alguma renda. Essa possibilidade é menor nos países desenvolvidos, pois a informalidade é menor e a pressão por emprego formal é muito grande, o que torna as taxas de desemprego elevadas”, explicou Sabadini.

Apesar da pouca manifestação por emprego, os trabalhadores brasileiros precisam reagir contra os planos que retiram direitos sociais, assim como os franceses. “É preciso se organizar desde já para resistir a essa ofensiva. Já temos previsão de que novamente será feita uma Reforma na Pre-



Cerca de 4 milhões de trabalhadores estão desempregados na Espanha.

vidência. No entanto, no caso do Brasil, não temos os resquícios do Estado do Bem-Estar Social e nossos direitos já vem sendo flexibilizados desde a década de 80”, salientou Maurício Sabadini.

As mobilizações que estão acontecendo na Europa são uma resposta à pressão exercida pelas

políticas dos governos neoliberais. “A luta dos trabalhadores na França foi importante não só para esse país, mas para o mundo, pois serviu de estímulo para que a classe trabalhadora dos demais países reaja também às medidas neoliberais”, avaliou Josemar Machado de Oliveira.

Janeiro

- Terremoto que devastou o Haiti, deixando mais de 200 mil mortos, evidenciou a situação de miséria e intervenções militares estrangeiras nesse país.
- 29º Congresso do Andes, que ocorreu em Belém (PA), aprovou posição favorável ao sistema de cotas nas universidades.
- O Fórum Social Mundial realizou sua 10ª edição em 27 eventos descentralizados em várias partes do mundo.

Fevereiro

- Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), localizada em Guararema (SP) e vinculada aos movimentos sociais, comemorou 5 anos de existência.
- Andes-SN comemora 29 anos de existência.

Março

- Dia internacional da mulher foi marcado por manifestações em todo o país, sendo a redução da jornada de trabalho uma das principais pautas de reivindicação.
- Greve dos professores da rede estadual em São Paulo reuniu mais de 40 mil pessoas em assembleias da categoria.
- Violação de direitos humanos em presídios do ES foi discutida na reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Projeto de Lei do Governo Federal sobre carreira não contempla expectativa do movimento docente

Produtividade e desempenho acadêmico e científico serão critérios para avançar na carreira

A reestruturação da carreira docente sempre fez parte das bandeiras históricas de luta do Andes-SN, sendo um dos principais instrumentos para a valorização do trabalho nas universidades. No entanto, o Projeto de Lei sobre a nova carreira docente, apresentado em 2010 à diretoria do Andes-SN pelo Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Duvanier Paiva Ferreira, não contemplou o acúmulo do movimento docente relativo ao tema.

Uma das principais mudanças na proposta de reestruturação da carreira é a criação da nova classe de Professor Sênior, acima do Professor Associado, que prevê o enquadramento dos professores até o nível 4. Outra mudança é que a progressão total na carreira, que vai de Auxiliar até Sênior, requer trinta anos de trabalho, pois serão 5 classes e 20 níveis, com o inters-

tício de 18 meses para avançar em cada nível, podendo ser reduzido a 12 conforme o desempenho. O ingresso na carreira se dará pelo concurso público no primeiro nível, que é de Auxiliar 1. De acordo com o professor da Faculdade de Educação da UFRJ Roberto Leher, o que muda, de fato, é que o docente terá que trabalhar mais para atingir o topo da carreira. “Com o alongamento das classes da carreira, o professor terá que esperar mais para progredir, o que faz com que quem almeje atingir o topo da carreira trabalhe muito mais que antes”, enfatizou.

Outro ponto que merece ser destacado no Projeto de Lei da nova Carreira é a progressão e a promoção, que estão condicionadas à titulação e aos termos do sistema de desempenho acadêmico e científico, um paradigma de avaliação considerado produtivista. Além disso, as regras de progressão

passam a vigorar conforme o Artigo 57 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que prevê oito horas/aula semanais como referências mínimas e específicas na graduação. O projeto não define critérios de avaliação na participação na pós-graduação nem de que forma será avaliada a participação na pesquisa e extensão.

A proposta do Governo Federal sobre a reestruturação da carreira aponta para a flexibilização dos processos e das relações de trabalho com a finalidade de reduzir custos. Na avaliação do professor Roberto Leher, o conceito de carreira que consta na proposta



Nova proposta de carreira irá intensificar trabalho docente.

governamental trabalha com a perspectiva de que o docente deve cumprir metas. “As mudanças propostas contribuem para a construção de uma cultura centrada na lógica mercantil, caracterizada por exigências de metas impostas por institutos de pesquisas e também pelo governo e que terão que ser reproduzidas no âmbito das universidades”, salientou.

Nova proposta de carreira prejudica aposentados

A nova proposta de carreira também não beneficiará os professores aposentados, quebrando a paridade entre eles e os da ativa. Os docentes já aposentados e aqueles que estão prestes a se aposentar antes de chegar à classe Sênior ficarão prejudicados, pois os reajustes são maiores para as classes superiores. “Além de intensificar o trabalho dos professores, a nova carreira objetiva depreciar a remuneração dos professores já aposentados ou dos que estão em vias de se aposentar”, afirmou Roberto Leher. Ele também acrescentou que essa é uma das formas mais

antigas de fragmentar a luta política, ou seja, criando cisões dentro de uma mesma categoria. “Temos que compreender o significado da implementação dessa nova carreira e lutar, de maneira unificada, pela paridade entre professores ativos e aposentados”, defendeu Leher.

Andes-SN apresenta proposta de carreira ao governo. A proposta de carreira docente construída pelo Andes-SN e apresentada ao Secretário de Recursos Humanos do MPOG tem o objetivo de reverter o quadro de perdas que alterou a carreira docente em 1987 e de pressionar

para uma negociação efetiva com o governo. Entre as propostas defendidas pelo Andes-SN está a valorização do trabalho docente, que deve ser estruturado a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a Isonomia Salarial, em valor integral correspondente a cada posição na carreira, o que implica na incorporação das gratificações; a valorização da Dedicção Exclusiva, entendida como o regime de trabalho preferencial dos docentes; e o desenvolvimento na carreira dissociada de avaliação produtivista, tão criticada pela categoria docente.



Andes-SN debate com a base proposta de carreira defendida historicamente pelo movimento docente.

Abril

- Aposentados e pensionistas conseguiram aprovação de 7,72% de aumento na Câmara dos Deputados e o fim do fator previdenciário a partir de 2011.
- Duas mil pessoas protestaram contra o PLP 549 em Brasília, que diminuiria os gastos no setor público por meio do congelamento de salários por 10 anos e pela suspensão de novos concursos.
- Andes-SN realizou os encontros regionais de comunicação.

Maio

- Cerca de 5 milhões de trabalhadores na Grécia realizaram greve nacional contra planos do governo para cortar direitos e salários.
- III Encontro Nacional de Comunicação do Andes discutiu plano de comunicação para o sindicato.
- Eleição da nova diretoria do Andes-SN ocorreu nas seções sindicais.
- Andes-SN promoveu II Encontro Nacional sobre Saúde do Trabalhador em MG.
- Encontro Internacional de Docentes do Cone Sul, organizado pelo Andes-SN, ocorreu em Foz do Iguaçu (RS).

Junho

- Sindicatos organizaram Classe Trabalhadora (CCT) com o objetivo de criar uma nova categoria.
- Governo apresentou a nova proposta de carreira docente, não contemplando ensino, pesquisa e extensão.
- Docentes debateram a proposta no Conselho do Andes-SN (CNA) em conjunto com a base da categoria.
- Início dos jogos da Copa Libertadores.

Especial ▶

Eleição de 2010 demonstrou continuidade do projeto de Lula e explicitou conservadorismo da direita

Os grandes temas de interesse social não entraram na pauta de discussão, que ficou polarizada por questões no âmbito da moralidade privada

O resultado da eleição presidencial teve como marca principal a continuidade do projeto do Partido dos Trabalhadores (PT) e das forças articuladas em torno da administração de Lula. A vitória de Dilma Rousseff se deu à extrema popularidade do atual governo, que terminou o segundo mandato com mais de 80% de aprovação.

Na visão do cientista político, Mauro Petersem, a vitória de Dilma foi interessante para o sistema político, pois não se enquadrou na ideia de que o presidente eleito é necessariamente um produto de marketing. “A Dilma não é uma grande comunicadora e a opção por ela significou o voto na continuidade de um projeto, não em uma pessoa”, afirmou Petersem. Ele reiterou que essa é uma mudança enorme, pois no Brasil é difícil convencer o eleitorado a não

votar pelo afeto a um candidato.

Outra marca da eleição foi o tratamento de questões no âmbito da moralidade privada, pautadas pela oposição. O PSDB mobilizou setores conservadores pelos temas do aborto e da união de homossexuais, o que, inclusive, levou a disputa presidencial para o 2º turno. “A oposição precisava criar novas linhas de confronto, pois o governo estava bem avaliado. Por isso, insistiu em temas da moralidade privada”, explicou Petersem. Em sua avaliação, a direita saiu do armário nessas eleições. “Os discursos extremamente conservadores emergiram, o que possibilita enfrentar-los. Muitas vezes, essas ideias ficam apenas no imaginário político e social, sem vir a público”.

Ausência de debate de projeto. Na avaliação do professor de Filosofia da Ufes, Maurício Abdalla,



A vitória de Dilma demonstrou a extrema popularidade do presidente Lula.

nas eleições de 2010 não avançaram no debate de projeto para o Brasil. “Os principais temas como a reforma agrária, política macro-econômica, inversão de prioridades no investimento público, diferença de prioridade entre agricultura camponesa e agronegócio não entraram em pauta”, afirmou. Segundo ele, o debate ficou concentrado em temas que não estavam direta-

mente relacionados ao exercício de mandato presidencial.

Outro fato que evidenciou o quanto o país é fraco em relação ao debate de projetos foram as composições partidárias. “A aliança PT-PMDB para a presidência foi muito mais pragmática do que programática, o que indica a fragilidade partidária no país”, reconheceu Abdalla.

Governo Dilma irá evidenciar políticas contraditórias iniciadas por Lula

Apesar de o governo Dilma ter sido eleito para continuar o projeto de Lula, mudanças na conjuntura econômica internacional podem alterar a maneira como as políticas serão executadas, reduzindo gastos na área social.

Na visão do professor de economia da Ufes, Helder Gomes, a crise econômica internacional se revela de caráter sistêmico e duradouro e ainda não há solução para ela. “Cada vez mais se exigem recursos dos Estados para manter a especulação e não há retorno produtivo na magnitude necessária para um novo ciclo de investimentos. As bolhas especulativas tendem a se reproduzir, trazendo mais instabilidade”, explicou. Ele também afirmou que o Brasil precisa de dólares

para sustentar a política cambial e monetária, ficando sempre vulnerável diante desses abalos, o que é agravado pelo crescimento da dívida pública.

A redução de gastos também causará impactos no ensino superior, uma vez que o governo Dilma não contará com um novo ciclo de expansão econômica. “Não acredito que a grande leva de concursos que houve nas universidades continue no próximo governo”, avaliou o professor da Faculdade de Educação da UFRJ, Roberto Leher. Ele ainda disse que as contradições da política para o ensino superior desenvolvida por Lula serão evidenciadas no governo Dilma. “Iremos viver o momento explosivo do Reuni, em que as turmas novas estarão



preenchidas. Ficará evidente que a nova leva de professores contratados não cobre sequer parte do processo de expansão das universidades e não haverá recursos para cobrir esse déficit”, afirmou Leher. Além disso, uma grande quantidade de aposentadorias está prevista para os próximos 5

anos, o que pode ser intensificado com a efetivação da reforma da previdência, que deve entrar em pauta no próximo ano. “Acredito que podemos ter uma nova corrida pela aposentadoria nas universidades, o que irá evidenciar mais a falta de professores”, disse Leher.

o Congresso Nacional da (Conclat), em Santos (SP), com o nova central sindical. o Andes-SN projeto que modifico garantindo a unidade no tripé nsão.

udanças na carreira no 55º (Conad) e apostaram na discussão sobre uma proposta própria

pa do Mundo na África do Sul.

Julho

‘Pacote da autonomia’ é aprovado por decretos e amplia privatização das universidades federais, regulamentando, por exemplo, as fundações de apoio de direito privado.

Agosto

- XV Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN foi realizado em Curitiba.
- Regional Leste realizou encontro com seções sindicais.
- Assistentes sociais conquistaram a redução da jornada de trabalho de 40 para 30 horas semanais.

Setembro

- Comunidade acadêmica da UFF aprovou gratuidade total dos cursos oferecidos pela universidade.
- Greve nacional dos bancários mobilizou trabalhadores em 24 estados e o Distrito Federal.
- Greve geral contra reforma de aposentadoria paralisou a França.
- Realização do Plebiscito Popular pelo Limite da propriedade da terra recolocou o tema da reforma agrária na semana da pátria.

Ofensiva policial marca política de segurança pública para favelas no país

Diante de políticas sociais insuficientes para comunidades de periferia, Estado atua com força policial para conter a pobreza

Os últimos dias de novembro de 2010 foram marcados por uma forte ofensiva policial em comunidades de periferia no Rio de Janeiro (RJ), criando um verdadeiro clima de guerra no país. Sob a justificativa de eliminar o tráfico de drogas e pacificar as favelas, o Estado iniciou a operação "Rio contra o crime", que realizou a ocupação policial no complexo de favelas do Alemão e na Vila Cruzeiro. Esse episódio colocou em evidência a política de segurança adotada pelo Estado brasileiro, baseada na contenção da pobreza pela violência policial, além de demonstrar a maneira como o país está se preparando para receber a Copa do Mundo e os jogos olímpicos.

Na visão da defensora pública do RJ, Maria Lúcia Pontes, essa ofensiva policial não teve a proposta honesta de lutar contra o tráfico.

"O Estado tem o interesse de criar zonas cercadas da pobreza, tendo em vista os mega eventos esportivos. Então, cria um clima de terror na cidade, como se não fosse mais possível dialogar com os pobres, o que justifica a intervenção armada e a matança nas comunidades", analisou Maria Lúcia. Ela ainda destacou que a intervenção policial nas favelas não é a solução para a segurança pública, pois só aumenta a insegurança. "O Estado viola direitos dos moradores das favelas, o que vai provocar reações contrárias aos direitos de outras pessoas", explicou.

O efetivo combate ao tráfico não pode ser feito apenas na favela. "Quem lucra com o tráfico não são os meninos de chinelo, que são apenas a ponta final do processo. Quando eles são presos ou mortos, o poder do tráfico não é arranhado, pois existem milha-



Foto: Folha/Uol
Invasão policial nas favelas promete extermínio de pobres.

res de meninos que vão ocupar o lugar deles", explicou a defensora pública. Ela disse que o grande traficante não mora na favela e é ele que movimentava o mercado financeiro mundial das drogas.

Para o rapper Fiell, morador do Morro Santa Marta, no RJ, o combate ao tráfico precisa acontecer em outros lugares. "É preciso fiscalizar os portos e a Baía de Guanabara, que é de onde vêm as

armas. Na favela, ficam os consumidores e varejistas, que entram no tráfico por falta de perspectiva de vida", afirmou. Ele ainda disse que o problema da segurança pública se resolve com escola, postos de trabalho e cultura na favela. "Os moradores da favela não pedem o tráfico, mas também não querem uma polícia assassina e repressiva. Hoje nada entra lá além do braço armado do Estado", concluiu.

Favelas cariocas podem ser removidas para a Copa do Mundo

Cerca de 139 comunidades no RJ já estão na lista dos locais que serão removidos, total ou parcialmente, para dar lugar a empreendimentos que receberão os turistas durante a Copa do Mundo. De acordo com a professora de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) para o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik, está em curso uma transformação urbanística nas áreas que aparecerão como cenário dos jogos da Copa. "Algumas áreas nos morros serão valorizadas e funcionarão como um cinturão de segurança, onde não haverá pobres para serem vistos. Para isso, o Estado precisa remover algumas favelas e justifica

essa ação pelo combate ao tráfico de drogas", explicou.

A instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), política de segurança adotada pelo Estado do RJ, obedece exatamente à geografia do projeto urbanístico das olimpíadas e da Copa. São as favelas em torno da Zona Sul, da região da Barra da Tijuca, do Centro e no entorno do Maracanã.

Uma comunidade que está na lista das que serão removidas é a Vila Autódromo. Segundo o presidente da Associação de Moradores, Altair Guimarães, que mora lá há mais de 15 anos, o Estado tem utilizado várias justificativas para remover os moradores. "Antes diziam que a comunidade atrapalhava a visão estética da cidade. Agora



Foto: todaculturaa nossavolta.blogspot.com
População de rua é confinada em contêineres durante a copa da África do Sul.

já dizem que é devido ao tráfico", afirmou Altair. Ele garante que a localidade não é um ponto crítico do tráfico de drogas.

De acordo com a professora Raquel Rolnik, a experiência da Copa do Mundo na África do Sul trouxe vários exemplos de violações aos direitos humanos. "Retiraram a população de rua e colocaram em

contêineres, para que não transitassem pela cidade", disse Raquel. Ela alertou que a sociedade brasileira precisa ficar atenta, para que isso não se repita no Brasil.

Dica: Confira no youtube o vídeo Cidade de lata, em que é retratado o tratamento dado à população de rua da África do Sul no período da Copa do Mundo.

Outubro

- Docentes das instituições de ensino superior de todo o país protestaram, em Brasília (DF), contra a interferência do governo na autonomia sindical e contra os ataques direcionados ao Andes-SN.
- Eleições estaduais e presidenciais atualizaram cenário político no país.
- Estudantes bolsistas da Ufes deflagraram greve por reajuste salarial e melhores condições de trabalho.

Novembro

- Enem surpreendeu estudantes com novos erros nos gabaritos das provas e trouxe questionamento a respeito do exame para ingresso no vestibular das universidades.
- Estado do Rio de Janeiro realizou forte ofensiva policial em favelas.

Dezembro

- Estudantes londrinos protestaram em frente ao Parlamento Britânico contra o projeto de aumento das taxas anuais de empréstimos universitários cobradas em instituições de ensino da Inglaterra.

Entrevista ▶

Marina Barbosa. Balanço da educação superior no Brasil e desafios para 2011.

Nesta entrevista, a presidente do Andes-SN avalia que o ano de 2010 foi marcado pela continuidade de projetos que reestruturaram a universidade brasileira, aprofundando a lógica do mercado na educação superior. Além disso, Marina Barbosa afirma que a agenda política de 2011 será marcada por reformas do Estado, como a da previdência social, e pela modificação da carreira docente, o que exigirá um papel ativo do sindicato nacional na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores.



Foto: Arquivo Andes
Marina Barbosa, presidente do Andes-SN, foi eleita para a gestão 2010/2012.

▶ Quais as principais medidas que o governo adotou em 2010 e que impactaram o ensino superior e a categoria docente?

As ações governamentais que atingiram a universidade em 2010 não foram medidas específicas deste ano, mas seqüência de um programa que vem sendo implantado pelo atual governo. Destaco a proposta de reestruturação da universidade que vem sendo realizada por instrumentos legais, como o PROUNI, o SINAES e o REUNI.

A análise do REUNI evidencia de que forma está ocorrendo a expansão do acesso à educação superior. Trata-se do aligeiramento da formação profissional - bacharelado interdisciplinar, cursos de curta duração, exame de proficiência, cursos à distância - e da intensificação do trabalho docente - relação professor/aluno, ênfase das atividades acadêmicas na graduação, aumento do número de turmas.

Destaco o tratamento do governo à carreira docente e ao regime de dedicação exclusiva. São conquistas históricas, parte de uma concepção de universidade pública e gratuita voltada para o ensino, a pesquisa e a extensão, que estão sendo desvirtuadas para expandir um modelo de universidade mercantil, desvinculada de sua função principal que é educar para a democracia e para a execução de um projeto social de interesse de todos.

▶ Após o encerramento do segundo mandato de Lula, qual sua avaliação sobre a política geral desse governo e, de maneira específica, sobre o ensino superior?

O governo Lula pouco alterou a

linha de ação da política econômica herdada do governo anterior. Porém, de forma extremamente hábil, deu ênfase aos aspectos políticos nacionalistas e, embalado pelas ações compensatórias dos diversos tipos de "bolsas", soube utilizar os recursos do populismo para impor sua continuidade. Por isso, políticas realizadas sob a condução desse governo não alteraram o quadro histórico de dependência cultural vigente no país.

O Brasil continua pessimamente colocado em relação à educação e saúde no ranking mundial e as instituições privadas de ensino superior continuam dominando o setor. O resultado disso é a deterioração do trabalho universitário, especialmente na graduação; a mercantilização do sistema de pós-graduação; a privatização da agenda científica; a desvalorização social das atividades de extensão; o desenvolvimento de um sistema de avaliação calcado em critérios de produtividade empresarial; a configuração do "capitalismo acadêmico" ou capitalização do conhecimento universitário e o bloqueio das condições de produção do pensamento autônomo e crítico.

▶ Quais são as perspectivas do Andes-SN em relação ao governo de Dilma?

Há uma crise mundial que a cada hora apresenta um novo desdobramento. Há seis meses, a crise estava na Grécia; agora chega à Irlanda, Portugal e Espanha. No Brasil, os efeitos estruturais dessa crise só podem ser adiados ou minimizados por meio de expedientes como isenções fiscais e repasse de dinheiro vivo para o grande capital, juntamente com arrocho de salários, corte de recursos para políticas públicas e cassação de direitos sociais, transformados em mercadorias a serem exploradas de forma empresarial. Dessa forma, o novo governo, contando com expressiva maioria dos partidos aliados no Congresso Nacional, deverá seguir com as chamadas "reformas" política, fiscal, sindical, trabalhista e da previdência, entre outras, dando continuidade à Reforma do Estado. Provavelmente, continuará na pauta do novo gover-

no a reestruturação da universidade. O Andes-SN irá lutar contra a desvalorização da organização sindical e a perda de direitos dos aposentados; contra a mercantilização da saúde, da assistência e da aposentadoria; contra o empresariamento da educação e o desrespeito à autonomia universitária, sem esquecer a defesa intransigente do direito democrático de existência do nosso sindicato.

▶ Qual sua avaliação a respeito do ano de 2010 para o Andes-SN e para a classe trabalhadora de uma maneira geral?

Em relação ao Andes-SN, tivemos uma importante conquista que foi recuperar o direito do nosso sindicato de atuar em estados em que isso havia sido suspenso, como em Santa Catarina. Fizemos um ato importante no dia 21 de outubro, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com a participação de muitos professores, entidades estudantis e sindicais, o que pesou no recuo do MTE a nosso favor. Houve a recriação de seções sindicais na UFSC e UFRGS, onde ações golpistas extinguiram de forma ilegal as antigas seções sindicais. Estamos fazendo um grande esforço de aproximação com a base, elemento fundamental para a retomada do diálogo do sindicato com a categoria.

Quanto ao movimento sindical como um todo, continuamos a trabalhar para o fortalecimento de um pólo classista dos trabalhadores brasileiros que aglutine todas as tendências voltadas para a construção

de um projeto sindical alternativo que tenha responsabilidade com os trabalhadores, seja independente do governo e com compromisso histórico com o conjunto da sociedade brasileira. Nesse sentido, participamos do congresso de fundação da Central Sindical e Popular (CSP) CONLUTAS e temos trabalhado para que se consolide como esse pólo de luta.

▶ Quais as perspectivas para o ano de 2011 para a categoria docente e para o Andes-SN?

O ano de 2011 pode ser um ano de ímpeto reformista do novo governo, o que obrigará o movimento social a reforçar a mobilização para fazer valer seus direitos. No caso dos professores, a pressão maior virá em relação à carreira docente, que o atual governo vem tratando de forma agressiva, segundo a lógica de mercado, enfatizando a produtividade de acordo com parâmetros mercantis, a concorrência e o mérito desvinculados dos interesses coletivos, além de flexibilizar a dedicação exclusiva e escancarar a universidade para as fundações ditas de apoio. O Andes-SN completará 30 anos em fevereiro de 2011, durante o nosso congresso em Uberlândia (MG), onde será feita a avaliação da conjuntura e serão estabelecidas as diretrizes do Plano de Lutas para 2011. Os desafios serão grandes e exigirão respostas que permitam que a universidade pública e gratuita se mantenha como patrimônio vivo dos brasileiros.



Foto: Arquivo Andes
Ato do dia 21/10, em frente ao MTE, recupera direito do Andes-SN de atuar em algumas seções sindicais.

Retrospectiva Adufes

Janeiro

26 a 31/01: Adufes envia delegados para o 29º Congresso do Andes-SN, em Belém (PA).

Março

23/03: Participação da Adufes no debate sobre precarização do ensino e falta de professores, durante a campanha “SOS UFES”, organizada pelo DCE.



Abril

01/04: Audiência da Adufes com reitor para tratar questões relativas à aposentadoria especial, ressarcimento do plano de saúde e contratação de professores.

15/04: Assembleia Geral elegeu o Conselho de Representantes e deliberou posição contrária ao controle de frequência para docentes.

23/04: Realização do debate “Reforma Universitária: para onde vai a universidade brasileira?”, com a participação do professor Antônio Lisboa de Souza.



23/04: Festa de reinauguração da sede da Adufes e de recepção aos novos professores.

23 a 25/04: Curso Nacional de Formação Sindical do Andes-SN, realizado em Vitória.

Maio

11 e 12/05: Eleições para a nova diretoria do Andes-SN.

25/05: Reunião com novos professores, na sede da Adufes, para debater a precarização do trabalho docente e, em especial, a questão da previdência social.

Junho

15/06 e 25/06: Exibição dos jogos do Brasil na Copa do Mundo, na sede da Adufes.

16/06: Assembleia Geral elegeu o delegado e os observadores do 55º Conselho do Andes-SN (CONAD).

18/06: Inauguração do Ponto de Encontro, ao ritmo de chorinho.

24 a 27/06: Participação do 55º Conselho do Andes (CONAD), em Fortaleza (CE), que teve como tema: “Em defesa da educação pública de qualidade e do ANDES-SN: valorizar o trabalho docente e avançar na reorganização da classe trabalhadora”.

24/06: Posse da nova diretoria do Andes-SN no 55º CONAD. Foram eleitos para integrar a Regional Leste, o professor Francisco Mauri e Ricardo Behr, pela Adufes.



30/06: Debate “Trabalho nas universidades: um desafio para além do capital”, com o professor João dos Reis Silva Júnior, da UFSCar, e a professora Izabel Cristina Ferreira Borsoi, da UFES.

Julho



02/07: Festa Julina da Adufes, animada pela banda Forró Raiz.

07/07: Assembleia Geral da Adufes discutiu controle de frequência e reajuste do Plano Unimed.

08/07: Plantão da diretoria e da assessoria jurídica no campus de Alegre.

12/07: Plantão da diretoria e da assessoria jurídica no campus de São Mateus.

Agosto

01/08: Lançamento do jornal mensal da Adufes, o Fique por Dentro!

27/08: Assembleia Geral da Adufes discute o reajuste do plano de saúde Unimed.

Setembro

01/09: Assembleia Geral Extraordinária discutiu a proposta de reajuste do plano de saúde Unimed.



03/09: Debate sobre Ofensiva aos direitos trabalhistas e reforma da previdência, com a professora Sara Granemman (UFRJ) e Maria Madalena Sartim (UFES).

03/09: Ponto de Encontro, animado por Di Moraes.

Outubro

01/10: Ponto de Encontro, animado por Ângela de Assis e Ralph.



06/10: Assembleia Geral da Adufes deliberou pela transposição de faixas no Plano Unimed.

14/10: Festa do Dia do Professor no campus de Alegre e plantão da diretoria e da assessoria jurídica.

15/10: Festa do Dia do Professor no campus de Goiabeiras.

18/10: Festa do Dia do Professor no campus de São Mateus e plantão da diretoria e da assessoria jurídica.

25 a 28/10: Curso de Formação Política “Trabalho e Questão Social”, com a professora Drª Maria Augusta Tavares (UFPB).

Novembro

05/11: Debate “O papel da universidade na sociedade contemporânea e sua relação com as lutas sociais no campo e na cidade”, com o professor Antônio Libório Philomena, da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (APROFURG) e Edson Cardoso, professor de Engenharia Elétrica da UFES.

05/11: Ponto de Encontro, animado por Maestro Zezinho.

10/11: Reunião do Conselho de representantes da Adufes.

17/11: Debate sobre Universidade Pública e universidade popular, com o professor Roberto Leher (UFRJ) e Roberta Traspadini, da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Dezembro

10/12: Ponto de Encontro especial de fim de ano, com Suzi Martins.

10/12: Assembleia Geral elege delegados para o 30º Congresso do Andes